

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.583 - RS (2018/0253411-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVANTE : MASTER ATS SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADO : PAULO ROBERTO BISOGNIN GOELZER E OUTRO(S) - RS038381
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da ausência de demonstração de dissídio coletivo e incidência da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 3.421/3.428).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 3.244/3.245):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO COLETIVA. AGRAVO RETIDO DO RÉU.

Merece conhecimento o agravo retido cujo pedido de apreciação da matéria foi renovado na apelação. Aplicação do § 1º do art. 523 do CPC/73.

- Circunstância em que a matéria se confunde com os pontos objeto de discussão na apelação; e os agravos restam prejudicados.

RECURSO DO RÉU.

CARÊNCIA DE AÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA E INTERESSE. AÇÃO COLETIVA. REGÊNCIA DO CPC/73.

A legitimidade de parte e o interesse agir são condições da ação e matéria de ordem pública que pode ser apreciada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição. O Ministério Público possui legitimidade ativa para a tutela de direitos difuso, coletivo ou individual homogêneo, com base no art. 5º, inciso I, da Lei da Ação Civil Pública, e artigos 81 e 82 do Código de Defesa do Consumidor. - Circunstância dos autos em que se impõe afastar a preliminar de ilegitimidade e ausência de interesse.

OBRIGAÇÃO DE FAZER. DANOS AOS CONSUMIDORES. PROVAS.

A infração às regras de consumo requisita prova inequívoca da exposição de produtos impróprios a comercialização e da violação das normas sanitárias. - Circunstância dos autos em que restou demonstrada a prática abusiva; e se impõe manter a sentença.

PENA COMINATÓRIA. DOSIMETRIA.

A pena cominatória é instrumento de coerção ao cumprimento de obrigações comportamentais aplicável de ofício ou a requerimento visando assegurar efetividade às decisões judiciais; e por isso o seu valor é estipulado a critério do juízo tendo em conta os princípios da proporcionalidade e razoabilidade para não perder o caráter pedagógico e nem propiciar enriquecimento. - Circunstância dos autos em que o valor da multa é adequado ao caso concreto; e se impõe limitá-la ao prazo de 30 dias.

RECURSO DA AUTORA.

DANO MORAL COLETIVO.

O reconhecimento à compensação por dano moral exige a prova de ato ilícito, a demonstração do nexo causal e o dano indenizável que se caracteriza por gravame à honra objetiva, ao direito personalíssimo, situação vexatória e abalo psíquico duradouro. A caracterização de dano moral coletivo requisita, ainda, lesão a um grupo de pessoas ou patrimônio valorativo de certa comunidade. - Circunstância dos autos em que se impõe manter a decisão recorrida.

RECURSO DO RÉU PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO DA AUTORA DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 3.319/3.331).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 3.336/3.350), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente apontou ofensa ao art. 6º, VI, da Lei n. 8.078/1990, devendo a agravada ser condenada ao pagamento de indenização por danos morais, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 3.346/3.449):

Trata-se, ademais, de hipótese em que se deve reconhecer o dano moral coletivo de forma *in re ipsa* - prescindindo de qualquer comprovação - porquanto decorrente diretamente da prática ilícita.

Ocorre que, em se tratando de interesses difusos, a condenação por dano moral se justifica tão somente pela sua violação, ou seja, decorre da própria situação de fato criada pela conduta do agente, o que torna desnecessária a prova do efetivo prejuízo, na medida em que se presume em face da própria lesão aos direitos da coletividade.

[...]

Nesses termos, o dano difuso ou coletivo aos consumidores, ao revés, não pode ser apreendido pelos sentidos, pois o objeto do direito lesado é um fato ou valor social incorpóreo.

Por isso é que a lesão causada pela prática comercial abusiva do supermercado é também representada pela quebra da confiança e transparência que deve imperar nas relações de consumo. As legítimas expectativas dos consumidores não podem restar frustradas e, quando o forem, deverá o fornecedor reparar o dano. Assim, não há dúvida da possibilidade de fixação de indenização por danos morais coletivos no caso dos autos.

No agravo (e-STJ fls. 3.432/3.435), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 3.454/3.461).

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 3.491/3.499).

É o relatório.

Decido.

Para melhor análise da controvérsia, DOU PROVIMENTO ao agravo (e-STJ fls. 3.432/3.435) e determino sua CONVERSÃO em recurso especial, sem prejuízo de posterior análise da admissibilidade do recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator